

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Tese (doutorado)

Dissertação (mestrado)

Monografia (especialização)

TCC (graduação)

Artigo científico

Capítulo de livro

Livro

Trabalho apresentado em evento

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Matrícula:

Título do trabalho:

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /


O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Documento assinado digitalmente
 **FABIO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR**
Data: 10/04/2026 18:47:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Local / /
Data

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)

Documento assinado digitalmente



WESLEY LIMA DE ANDRADE
Data: 10/04/2026 19:09:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 3/2026 - NAPEPT-IP/GE-IP/CMPIPR/IFGOIANO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos docentes Wesley Lima de Andrade (Orientador), Paula Márcia Lázaro da Silva (Membro), Julio Cezar Garcia (Membro), com a finalidade de examinar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "A CONCEPÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA ESCOLA DO FUTURO SARAH LUÍSA LEMOS KUBITSCHEK DE OLIVEIRA", de autoria do estudante: Fábio Antônio de Oliveira Júnior, regularmente matriculados no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência em Educação Profissional e Tecnológica – EPT, do Instituto Federal Goiano (IF Goiano). Concedida a palavra ao estudante, foi realizada a apresentação oral do TCC, seguida da arguição pelos membros da Banca Examinadora. Após as considerações e deliberações, a Banca decidiu pela **APROVAÇÃO** dos estudantes, com nota 10,0 (**nota cem**). Encerrada a sessão pública de defesa, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

(assinado eletronicamente)

WESLEY LIMA DE ANDRADE

Orientador/Presidente da Banca

(assinado eletronicamente)

Paula Márcia Lázaro da Silva

Membro

(assinado eletronicamente)

Julio Cezar Garcia

Membro

Documento assinado eletronicamente por:

- **Wesley Lima de Andrade, Wesley Lima de Andrade - Tutor EAD - Instituto Federal Goiano - Reitoria (10651417000178)** , em 26/03/2026 20:10:26.
- **Julio Cezar Garcia, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - CMPTRI**, em 26/03/2026 20:20:14.
- **Paula Marcia Lazaro da Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 26/03/2026 20:20:53.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/03/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 804810

Código de Autenticação: 0c18b9be6a



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Iporá
Av. Oeste, Parque União, 350, Parque União, IPORA / GO, CEP 76.200-000
(64) 3674-0400



INSTITUTO FEDERAL

Goiano

CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A CONCEPÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA ESCOLA DO FUTURO SARAH LUÍSA LEMONS KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA

Fábio Antônio de Oliveira Júnior

Pós-graduando lato sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica

Wesley Lima de Andrade

Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Goiano

RESUMO

Este artigo analisa o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola do Futuro do Estado de Goiás Sarah Luísa Lemos Kubitschek de Oliveira, com o objetivo de verificar se sua concepção contribui para a superação de um ensino voltado estritamente para o mercado de trabalho e se promove a formação omnilateral dos estudantes. Partindo de uma revisão teórica sobre a dualidade histórica da educação brasileira, que separa a formação propedêutica da profissional, o trabalho dialoga com autores como Gramsci, Saviani e Frigotto. A metodologia adotada é qualitativa, de caráter exploratório, utilizando a análise documental do PPP da escola. Os resultados indicam que a proposta pedagógica da instituição se distancia dos referenciais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, não abordando o debate sobre a dualidade educacional. Em vez disso, prioriza metodologias ativas e um modelo de competências com viés mercadológico, focado na empregabilidade e em cursos de curta duração, como capacitação e qualificação. Conclui-se que o modelo da Escola do Futuro, ao oferecer o ensino técnico apenas na modalidade concomitante e não integrada, reforça a fragmentação do conhecimento e não avança na direção de uma formação humana integral.

Palavras-chave: educação profissional e tecnológica. projeto político-pedagógico. Formação omnilateral. Escolas do Futuro. Goiás.

ABSTRACT

This article analyzes the Political-Pedagogical Project (PPP) of the "Escola do Futuro do Estado de Goiás Sarah Luísa Lemos Kubitschek de Oliveira" to determine if its framework contributes to overcoming an education model strictly focused on the job market and promotes the omnilateral formation of students. Based on a theoretical review of the historical duality in Brazilian education, which separates preparatory from vocational training, the study engages with authors such as Gramsci, Saviani, and Frigotto. The methodology is qualitative and exploratory, employing documentary analysis of the school's PPP. The findings indicate that the institution's pedagogical proposal diverges from the benchmarks of the Federal Network of Vocational and Technological Education, failing to address the debate on educational duality. Instead, it prioritizes active methodologies and a market-oriented competency model focused on employability and short-term courses, such as training and qualification. The study concludes that the "Escola do Futuro" model,

by offering technical education only concurrently rather than in an integrated manner, reinforces the fragmentation of knowledge and does not advance toward a comprehensive human formation.

Keywords: Vocational Education and Training. Political-Pedagogical Project. Omnilateral Formation. Escolas do Futuro. Goiás.

INTRODUÇÃO

Na última década, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem passado por forte incentivo em diferentes países do mundo. Isso ocorre em razão de estudos como o do IPEA, intitulado “Na era das máquinas, o emprego é de quem?”, que em 2019 concluiu que 54,45% dos empregos formais, que constam na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, seriam de alto ou médio-alto risco de automação (Albuquerque et al., 2019). A ascensão da inteligência artificial acelera os processos de automação, bem como o medo de substituição do trabalho humano pelo das máquinas, o que exige constante qualificação.

No mesmo sentido, o relatório da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, “Education at a Glance” (OECD, 2023), demonstra que no Brasil a porcentagens de jovens entre 15 e 19 anos na EPT é de apenas 11%, enquanto a média da OCDE atinge 37%. Além disso, a quantidade de jovens que não estudam, nem trabalham, os chamados NEETs, chegam a 24,4% no Brasil, enquanto a média da OCDE é de 14,7%. A organização multilateral enxerga na EPT uma forma de diminuir a quantidade de NEETs (OECD, 2023). A influência de análises sobre o país, como as da OCDE, tem incentivado o surgimento de modelos educacionais dos mais diversos em cada Estado da Federação, contudo, como já expôs Frigotto, instituições internacionais como a OCDE, Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem uma concepção tecnicista sobre a EPT (Frigotto, 2021). Surge daí o interesse: verificar se a concepção omnilateral de sujeito está presente no Projeto Político-Pedagógico (PPP) das Escolas do Futuro do Estado de Goiás (EFG), analisando criticamente se as diretrizes institucionais rompem com a perspectiva unilateral que ainda subordina currículos técnicos às flutuações imediatas do mercado de trabalho

Perceber o humano enquanto sujeito histórico é compreendê-lo enquanto alguém com capacidade de produzir as condições para expressar o seu modo de pensar, sentir e de ser no mundo, o que contraria a concepção unilateral. Adotar o trabalho como princípio educativo, como propõe os autores brasileiros como Saviani, especialmente no ensino médio e na EPT, implica superar a

dualidade histórica entre a formação geral (voltada para as elites e o trabalho intelectual) e a formação profissional (reservada às classes menos favorecidas e ao trabalho manual) (Saviani, 2007).

Nesse sentido, o trabalho busca analisar de que maneira o projeto político-pedagógico da Escola do Futuro do Estado de Goiás Sarah Luísa Lemos Kubitschek de Oliveira, na cidade de Santo Antônio do Descoberto/GO contribui para o Ensino Profissional e Técnico. Para tanto, serão utilizados esses autores que propõem a superação do ensino voltado à preparação para o mercado de trabalho, em defesa de uma formação omnilateral dos estudantes, por se tratar de um campo consolidado nos Institutos Federais brasileiros. Assim, será necessário aprofundar o percurso sócio-histórico de criação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio no Brasil e em Goiás, sem prescindir da concepção de trabalho adotada pelas legislações que implementaram aquela modalidade de ensino. Posteriormente, será importante destrinchar como a proposta adotada pelas EFGs, especialmente na EFG Sarah Luísa Lemos Kubitschek de Oliveira, favorece a emancipação (educacional, histórico, intelectual, cultural, psicossocial, afetivo e profissional) dos estudantes. Por fim, analisar se maneira com que o projeto político-pedagógico da escola foi desenvolvido contribui para a superação do ensino voltado à preparação para o mercado de trabalho e para a formação omnilateral dos estudantes.

Nesse interim, verificaremos se a EFG representa uma continuidade da concepção de ensino adotada pela rede federal por meio da verificação: se o PPP da escola se baseia nas mesmas referências da rede federal; se o princípio da omnilateralidade está contida no PPP da escola; se a proposta de ensino da escola contribui para a superação da visão de ensino voltado exclusivamente para a preparação do estudante para o mercado de trabalho; se a concepção da omnilateralidade do PPP propõe a promoção de um desenvolvimento mais equilibrado entre as dimensões técnica, acadêmica e socioemocional.

REVISÃO DE LITERATURA

A dualidade educacional no Brasil surge com o processo de colonização e a consequente separação entre o trabalho livre e o trabalho escravo. Historicamente, o trabalho intelectual era reservado aos trabalhadores livres, enquanto aos trabalhadores escravos era reservado os ofícios e trabalhos mecânicos e repetitivos. Tal estrutura reverberou na construção das escolas e

universidades brasileiras. Isso fica evidente no público que tinha acesso à Academia Brasileira de Belas Artes, destinada à elite brasileira. Posteriormente foram criados os Liceus de Belas Artes, estes destinados também aos homens brancos, livres, mas com uma situação econômica um pouco menos abastada (Arnone, 2014).

Foi somente em 1909, que Nilo Peçanha, com a intenção de oferecer cursos às classes excluídas e à classe trabalhadora, criou a Escola de Aprendizes e Artífices. No preâmbulo do Decreto 7.566, que instituiu as escolas, ficaram as intenções:

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existencia;
Que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime;
Que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis á Nação (Brasil, 1909).

A criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, ao passo que representava um avanço ao tornar pública a educação para as classes menos abastadas, oficializou como política de Estado o dualismo educacional no Brasil, que antes era reservado à igreja e ao ensino privado. De um lado o ensino intelectual, para os abastados, nas escolas e universidades, do outro o ensino de ofícios, profissional, para os pobres e trabalhadores.

O teórico italiano Antonio Gramsci foi o principal autor que influenciou o debate no Brasil. Ele apresentou a importância da formação humana integral, no contexto de ampla discussão sobre os rumos da educação em seu país. Nos Cadernos do Cárcere, desenvolveu a ideia de uma escola unitária, que visava à superação da histórica dicotomia entre as escolas destinadas aos trabalhadores (com foco no trabalho manual, técnico, industrial) e as escolas para as elites dirigentes (com foco na formação intelectual e humanística). Para o autor, essa separação refletia as divisões de classe da sociedade capitalista, além de promover sua perpetuação, limitando o acesso ao conhecimento e à cultura para a maioria e impedindo o desenvolvimento pleno de suas capacidades (Gramsci, 2024, p. 579).

Nesse contexto desenvolve-se a discussão sobre EPT, mas o que seria propriamente esse conceito? A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrando-se às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia (CNE, 2021). Sua finalidade primordial é a formação profissional do indivíduo, preparando-o tanto para o exercício de profissões quanto para a vida plena em sociedade

e o exercício da cidadania. Estruturada por eixos tecnológicos, a EPT abrange desde cursos de qualificação profissional e formação inicial e continuada (FIC) até a educação profissional técnica de nível médio e o ensino superior tecnológico (Brasil, 2008). No nível médio, destaca-se a busca pela oferta integrada, nos Institutos Federais, que articula a formação geral básica à profissional em uma proposta única, visando superar a histórica dualidade entre o trabalho manual e o intelectual (Ciavatta, 2008). Dessa forma, a EPT brasileira vem se consolidando como um projeto de formação humana integral, politécnica e omnilateral, fundamentado no trabalho como princípio educativo e na indissociabilidade entre teoria e prática (Ciavatta, 2005).

Contudo, nem sempre foi assim, autores brasileiros analisam criticamente o histórico da EPT no Brasil. Eles argumentam que a EPT, desde suas origens, foi marcada por essa contradição: ao mesmo tempo em que buscava promover a qualificação para o trabalho, reforçava uma educação diferenciada para as classes populares, que as mantinha numa posição subalterna. A EPT se desenvolveu, muitas vezes, como uma educação para o trabalho simples, em vez de uma educação para o trabalho complexo, dissociando a formação profissional da formação humana integral e do acesso ao conhecimento mais elaborado que permite um trabalho mais intelectualizado e melhor remunerado (Frigotto; Ciavatta, 2011).

A persistência da dualidade educacional é um tema central na teoria de Dermeval Saviani, especialmente em sua pedagogia histórico-crítica. Saviani critica a dicotomia entre o ensino propedêutico e o profissionalizante, defendendo a politecnia como um princípio norteador da educação. Para ele, a politecnia não é apenas o domínio de múltiplas técnicas, mas sim a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos que subjazem aos processos produtivos, permitindo ao indivíduo transcender a mera especialização e desenvolver uma visão mais abrangente da produção social (Saviani, 2021).

A Lei nº 9.394/1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao longo de suas alterações, tentou em diferentes momentos abordar essa questão da integração, embora o desafio da dualidade persista na prática (Brasil, 1996). A Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, buscou justamente superar essa dualidade ao propor uma educação integrada, que articula o ensino médio, técnico e superior, e a pesquisa, extensão e inovação, pautada nos princípios da verticalização e da pluricurricularidade (Brasil, 2008). Contudo, a efetivação dessa proposta ainda pode enfrentar desafios impostos pela estrutura socioeconômica e pela tradição histórica da dualidade.

Os principais conceitos mobilizados nessa discussão são a formação omnilateral, que compõe um campo de conceitos similares como politecnia, formação humana integral e pedagogia histórico-crítica, em contraposição a formação para o mercado de trabalho, associada à teoria do capital humano. Para Saviani, esse campo fundamenta-se na produção da humanidade em cada indivíduo singular, buscando o desenvolvimento de todas as suas faculdades e a superação da dicotomia histórica entre o trabalho manual e o intelectual ao articular as dimensões do trabalho, ciência e cultura (Saviani, 2012). Em contraposição, a formação voltada estritamente para o mercado ancora-se na teoria do capital humano, que concebe a educação como um mero "fator de produção" e investimento econômico, reduzindo o ensino ao adestramento técnico e ao desenvolvimento de habilidades pragmáticas exigidas pela produtividade do setor produtivo. Enquanto a perspectiva omnilateral defende o trabalho como princípio educativo voltado para a emancipação social e a autonomia do sujeito, o modelo mercadológico prioriza a pedagogia das competências, que subordina a subjetividade do educando à racionalidade mercantil, limitando seu horizonte à empregabilidade e à submissão ativa aos desígnios do capital (Frigotto, 2021).

Segundo os principais autores da educação, o PPP pode ser utilizado para captar principais concepções que regem uma escola. Para Libâneo, o documento representa um processo permanente de reflexão e ação, um projeto que deve assegurar a autonomia pedagógica necessária para a intervenção e transformação da realidade social dos estudantes (Libâneo, 2013). Para Veiga, o documento deve explicitar a busca pela superação da fragmentação do saber. Para tanto, mais do que um documento administrativo, é um instrumento de luta pela democratização da escola e pela transformação da prática educativa (Veiga, 2013).

Nesse sentido, análise dos PPPs das novas escolas de EPT, à luz desses conceitos e marcos legais, permite compreender como essas instituições se posicionam diante da dualidade histórica e das proposições de superação, como a politecnia e a integração, no contexto atual do Ensino Profissional e Tecnológico. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a elaboração e execução desses documentos constituem uma incumbência dos estabelecimentos de ensino, fundamentada no princípio da gestão democrática e na participação coletiva dos profissionais da educação (Brasil, 1996). No contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o PPP deve articular organicamente as dimensões do trabalho, ciência, cultura e tecnologia, orientando a prática educativa para a formação humana integral e a inserção socioprofissional crítica (PACHECO et al., 2024).

METODOLOGIA

A pesquisa em questão adota uma abordagem qualitativa, que se mostra ideal para aprofundar a compreensão de fenômenos sociais complexos e subjetivos, como as concepções político-pedagógicas. Segundo Minayo, a abordagem qualitativa permite ir além da quantificação, explorando o "porquê" e o "como" das questões investigadas, o que é essencial para construir um diagnóstico analítico consistente sobre as diretrizes educacionais de uma instituição (DESLANDES; GOMES, 2011). O caráter exploratório da pesquisa, por sua vez, justifica-se pela necessidade de identificar e compreender as particularidades das concepções construídas pela EFG Sarah Luísa Lemos Kubitschek de Oliveira, conforme destaca Gil, ao afirmar que a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito ou construindo hipóteses (Gil, 2002).

Para atingir o objetivo de construir um diagnóstico e contrastá-lo com autores de referência, a pesquisa empregará o caráter analítico-comparativo por meio da análise documental. A análise documental, conforme Cellard, é uma técnica robusta que permite a interpretação de documentos sem a interferência do pesquisador, garantindo a fidelidade às informações originais (Cellard, 2012). O documento central para essa análise é o Projeto Político-Pedagógico da EFG Sarah Luísa Lemos Kubitschek de Oliveira. Para viabilizar o diagnóstico, este documento será confrontado com o arcabouço normativo e teórico norteadores da Rede Federal de EPT, que estabelecem os fundamentos da formação integrada no Brasil. Essa escolha de documentos é estratégica, pois o PPP é o principal instrumento que reflete a intencionalidade pedagógica de uma instituição, enquanto os textos sobre os Institutos Federais permitirão um panorama mais amplo sobre as diretrizes do Ensino Profissional e Tecnológico. A escola foi escolhida por se tratar de uma escola de EPT recente, que possui mais da metade de seu ciclo de vida sob o guarda-chuva do CETT/UFG.

O diálogo com a temática da concepção político-pedagógica será estabelecido a partir do contraste entre as concepções identificadas nos documentos e os fundamentos teóricos de autores do campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Dermeval Saviani, com sua pedagogia histórico-crítica, oferece um arcabouço fundamental para analisar a relação entre educação, trabalho e sociedade, e como a EPT pode contribuir para a formação omnilateral do indivíduo, superando a dualidade histórica entre formação geral e profissional. Gaudêncio Frigotto e Maria

Ciavatta são essenciais para a compreensão da EPT, pois aprofundam o debate sobre a educação e o trabalho como princípio educativo, a politecnicidade e a formação integrada, criticando a subordinação da educação às demandas do mercado e defendendo uma formação que alie ciência, cultura e trabalho.

A operacionalização da análise documental seguirá um roteiro sistemático de leitura e fichamento, focado na identificação de categorias de análise pré-definidas que emergem do referencial teórico da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Primeiramente, serão isolados os trechos do Projeto Político-Pedagógico (PPP) que versam sobre a missão institucional, os objetivos dos cursos e o perfil do egresso, buscando evidências de termos-chave como "omnilateralidade", "trabalho como princípio educativo" e "integração curricular". Este procedimento visa verificar se a proposta da EFG Sarah Luísa Lemos Kubitschek de Oliveira dialoga com a tradição da Rede Federal ou se se aproxima de modelos focados estritamente na empregabilidade e em competências pragmáticas demandadas pelo mercado.

Posteriormente, a análise avançará para o exame da estrutura curricular e das metodologias descritas no documento, confrontando-as com a realidade da oferta educacional. Investigar-se-á a proporção entre cursos de curta duração (Capacitação e Qualificação) e o ensino técnico de nível médio, bem como a modalidade de oferta deste último, para determinar se a instituição promove a interdisciplinaridade ou se mantém a fragmentação do conhecimento através do ensino concomitante. Esse contraste é fundamental para diagnosticar se o PPP atua como um instrumento de transformação social e emancipação intelectual ou se funciona como um manual de adestramento técnico subordinado à lógica do capital, conforme as críticas de Frigotto e Saviani.

Por fim, a síntese dos dados será realizada por meio de uma triangulação entre o conteúdo extraído do Projeto Político-Pedagógico e o arcabouço teórico-normativo da Educação Profissional e Tecnológica. Essa etapa final de análise buscará responder aos objetivos específicos da pesquisa ao verificar se a concepção de sujeito presente no documento contribui para a superação da dualidade educativa ou se apenas moderniza o tecnicismo pedagógico. Através desse cruzamento analítico, os resultados serão organizados para evidenciar como as referências a metodologias ativas e ágeis impactam a formação humana, permitindo concluir se a instituição em estudo caminha para a consolidação de uma formação omnilateral ou se permanece vinculada aos desígnios da teoria do capital humano.

Ressalta-se, por fim, que a presente pesquisa se limita à análise documental do Projeto Político-Pedagógico da Escola do Futuro do Estado de Goiás Sarah Luísa Lemos Kubitschek de Oliveira. Dessa forma, os resultados e conclusões aqui apresentados dizem respeito às concepções político-pedagógicas expressas formalmente no documento institucional, não abrangendo a investigação das práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas no cotidiano escolar. Tal delimitação metodológica não invalida a análise proposta, uma vez que o PPP constitui o principal instrumento normativo e orientador das ações educativas da instituição.

ESCOLA DO FUTURO: CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

A Escolas do Futuro se apresentam como o resultado de um esforço do Governo do Estado para modernizar a educação e alinhá-la às demandas do século XXI. Em substituição aos antigos Institutos Tecnológicos do Estado de Goiás (ITEGO), as Escolas do Futuro (EFG) foram criadas pela Lei Estadual nº 20.976, em 30 de março de 2021 (GOIÁS, 2021a). A Escola do Futuro do Estado de Goiás Sarah Luísa Lemos Kubitschek de Oliveira, em Santo Antônio do Descoberto, é um exemplo desse novo modelo. Ela visa preparar os estudantes para a cidadania e o mercado de trabalho, priorizando a educação profissional. A instituição busca garantir o direito à educação pública, de qualidade e gratuita nas áreas de inovação e tecnologia (ESCOLA DO FUTURO DO ESTADO DE GOIÁS SARAH LUÍSA LEMOS KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 2023).

O projeto é uma parceria entre o Estado de Goiás e a Universidade Federal de Goiás (UFG), que se materializou na criação do Centro de Educação, Trabalho e Tecnologia (CETT), cuja função é ser um órgão de gestão, planejamento, organização, coordenação, integração e avaliação das unidades de ensino EPT (CETT/UFG, 2021). Essa parceria foi constituída sob a forma de um convênio entre o Estado de Goiás, por meio da Secretaria do Estado da Retomada (SER), a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural (FRTVE) (Goiás, 2021). Por meio dela, a Escola do Futuro buscava produzir e socializar conhecimentos, formando profissionais e cidadãos comprometidos com o desenvolvimento da sociedade, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2022 da UFG (UFG, 2017). Ainda conforme o PPP, Escolas do Futuro visam ser um referencial de inovação na educação profissional e tecnológica, transformando a vida dos cidadãos por meio de uma educação disruptiva e alinhada às necessidades do setor produtivo e do ecossistema de inovação, fomentando o desenvolvimento socioeconômico de Goiás (ESCOLA DO FUTURO DO ESTADO DE GOIÁS

SARAH LUÍSA LEMOS KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA, 2023). Essa ênfase no setor produtivo direciona a concepção pedagógica para um viés mercadológico, distanciando-se do debate sobre a formação integral defendida por Gramsci e alinhando-se a uma concepção tecnicista que Frigotto critica.

Segundo o Projeto Político-Pedagógico da escola, o novo modelo educacional das Escolas do Futuro se concentra em quatro grandes áreas de formação: Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM). As escolas atuam na formação de profissionais técnicos com foco em tecnologias inovadoras como inteligência artificial, internet das coisas, Big Data, Data Science, robótica e Steam (ESCOLA DO FUTURO DO ESTADO DE GOIÁS SARAH LUÍSA LEMOS KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA, 2023). Percebe-se que a centralidade é em áreas frequentemente associadas popularmente ao que seriam as profissões do futuro, que prometem alta empregabilidade e conexão com as demandas do século XXI.

Em 2022, a Escola do Futuro Sarah Luísa Lemos Kubitschkek de Oliveira atendeu 1.762 estudantes em seus cursos. Segundo a unidade educacional, foram 1.338 alunos de Capacitação, 356 de Qualificação Profissional e 68 de Técnico de Nível Médio (ESCOLA DO FUTURO DO ESTADO DE GOIÁS SARAH LUÍSA LEMOS KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA, 2023). A hegemonia dos cursos de Capacitação sobre o Ensino Técnico denota uma estrutura voltada ao atendimento de demandas imediatistas do mercado. Essa configuração curricular, embora eficiente em números de certificação, fragiliza a construção de um itinerário formativo contínuo, reduzindo a educação a um insumo de produtividade em áreas STEM, em vez de um processo de desenvolvimento humano integral.

Os cursos são organizados em três eixos tecnológicos, como Produção Cultural e Design, Informação e Comunicação, e Gestão e Negócios, tendo atendido 71, 422 e 1.259, respectivamente, em cada eixo. A escola afirma que busca integrar o ensino com o mundo do trabalho e a prática social, utilizando metodologias ativas como a aprendizagem por projetos, a pesquisa-ação e estudos de caso. A infraestrutura da escola, com laboratórios equipados para robótica, eletrônica, automação, I-Sports e informática, busca proporcionar um ambiente de aprendizado prático e eficiente. Segundo o documento, o PPP foi construído de forma coletiva, democrática e participativa, visando formar egressos capazes de atuar criticamente no mundo do trabalho, inovar, empreender e contribuir para a melhoria da sociedade (ESCOLA DO FUTURO DO ESTADO DE GOIÁS SARAH LUÍSA LEMOS KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA, 2023).

Além da estrutura e dos objetivos declarados, a análise do PPP revela uma base pedagógica específica. Observa-se no documento que as teorias pedagógicas utilizadas são propositalmente esvaziadas, aproximando-se mais de uma discussão das metodologias ativas e das metodologias ágeis, priorizando o método e desconsiderando a finalidade (ESCOLA DO FUTURO DO ESTADO DE GOIÁS SARAH LUÍSA LEMOS KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 2023). Esta última metodologia representa uma declaração que precisaria de um aprofundamento teórico que o documento não possui, uma vez que as metodologias ágeis são metodologias que derivaram do processo de desenvolvimento de software, não possuindo, ainda, correspondência direta na pedagogia sendo amplamente debatida. O Manifesto Ágil, base das metodologias ágeis, defende: Indivíduos e interações mais que processos e ferramentas; Software em funcionamento mais que documentação abrangente; Colaboração com o cliente mais que negociação de contratos; Responder a mudanças mais que seguir um plano. Ou seja, mesmo havendo valor nos itens à direita, valorizamos mais os itens à esquerda (Beck et al., 2001). Essa apropriação, quando transporta acriticamente do mundo corporativo para a pedagogia, reforça o viés mercadológico da proposta, priorizando a agilidade, adaptabilidade e a entrega de ‘produtos’ educacionais, em detrimento de um processo de aprendizagem mais profundo, reflexivo e de um planejamento curricular integrado, alinhado à formação omnilateral (Frigotto, 2021).

No que se refere à pedagogia, o documento alega se basear no que existe de mais recente e inovador. Nesse sentido, analisaremos os autores mais recentes nas referências do texto. Elas trazem autores como Tiago Silva Borges e Gidélia Alencar, que consideram a utilização da metodologia um recurso didático para a formação crítica e reflexiva do estudante universitário, não trazendo reflexões específicas para o ensino médio, técnico ou subsequente (BORGES; ALENCAR, 2014).

Mohamad Termizi Borhan também é utilizado enquanto autor do campo dessas metodologias. A referência a ele introduz a Aprendizagem Baseada em Problemas, proposta do autor de metodologia de aprendizado alinhada ao construtivismo social, onde o professor é um mediador, mentor ou coach, que apresenta ao aluno um problema para que ele resolva, sob sua supervisão e orientação, ao invés de ocupar o papel de simples transmissor de conhecimento (Borhan, 2014).

Por fim, o documento referencia-se também em José Manuel Moran, pesquisador na área de comunicação, que trata do uso de tecnologias na educação, das mudanças no ensino presencial

e na modalidade à distância. O autor adota a concepção das competências, ao dialogar com a concepção de competências difundida por Philippe Perrenoud, compreendendo-as como a mobilização de recursos cognitivos (saberes, procedimentos, técnicas, atitudes) para enfrentar desafios (MORAN, 2013).

A análise detalhada do PPP revela que a base pedagógica da Escola do Futuro Sarah Luísa Lemos Kubitschek de Oliveira prioriza metodologias ativas e ágeis, frequentemente importadas do ambiente corporativo e do desenvolvimento de software. Contudo, no último caso, não há um aprofundamento teórico que justifique sua transposição para o campo educacional. Essa apropriação acrítica, centrada na entrega de "produtos" educacionais e na adaptabilidade, evidencia um viés tecnicista que pode distanciar a instituição do debate sobre a formação humana integral. Ao focar em competências voltadas para a empregabilidade em áreas tecnológicas (STEM) e em cursos de curta duração, a escola tende a alinhar-se mais à teoria do capital humano do que à perspectiva omnilateral, podendo representar uma subordinação da subjetividade do educando às racionalidades e necessidades do mercado de trabalho, isto é, à concepção do capital humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar se a concepção político-pedagógica expressa no Projeto Político-Pedagógico da Escola do Futuro do Estado de Goiás Sarah Luísa Lemos Kubitschek de Oliveira contribui para a superação de um modelo de educação profissional estritamente orientado ao mercado de trabalho e se avança na direção de uma formação omnilateral dos estudantes. A partir da análise documental realizada e do diálogo estabelecido com o referencial teórico da Educação Profissional e Tecnológica crítica, especialmente com autores como Gramsci, Saviani, Frigotto e Ciavatta, foi possível identificar limites estruturais e conceituais que fragilizam essa perspectiva formativa no modelo adotado pela instituição.

Nesse sentido, verifica-se que a partir do PPP que a EFG se apresenta como dentro de uma tradição e de um campo político-pedagógico distinto. O debate sobre o caráter dualista da educação profissional e tecnológica no Brasil não está presente, bem como os termos que envolvem crítica e mundo do trabalho se referem mais ao processo produtivo e à empregabilidade que propriamente à formação integral.

Pode-se considerar ainda que tal formação já seria previamente dificultada, uma vez que esse projeto educacional aparenta priorizar a formação de competências, não no sentido de Perrenoud, mas restritamente no sentido mercadológico. Essa característica é evidenciada nas categorias de cursos ofertados, onde a priorização é para Capacitação Profissional e Qualificação Profissional, e uma parcela reduzida é direcionada ao ensino de nível médio. Ademais, mesmo os alunos de ensino médio não possuem um ensino integrado, uma vez que a EFG fornece apenas o ensino técnico concomitante, enquanto o curso regular deve ser cursado em outra instituição, dificultando ou inviabilizando a interdisciplinariedade e a integração curricular.

Dessa forma, conclui-se que, embora o discurso institucional das Escolas do Futuro esteja ancorado na inovação e na modernização da educação profissional, o Projeto Político-Pedagógico analisado não evidencia avanços substantivos no sentido da formação humana integral e emancipatória. Ao priorizar cursos de curta duração, o ensino técnico concomitante e uma pedagogia orientada por competências mercadológicas, a proposta tende a reproduzir a histórica dualidade educacional brasileira. O estudo contribui, assim, para o campo da Educação Profissional e Tecnológica ao evidenciar os desafios e contradições presentes em modelos recentes de EPT no âmbito estadual, reforçando a importância do debate crítico sobre políticas públicas educacionais e seus impactos na formação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Pedro Henrique Melo *et al.* NA ERA DAS MÁQUINAS, O EMPREGO É DE QUEM? ESTIMAÇÃO DA PROBABILIDADE DE AUTOMAÇÃO DE OCUPAÇÕES NO BRASIL. mar. 2019.

ARNONE, Marianne Farah. **A gravura como difusora da arte: um estudo sobre a gravura brasileira no final do século XIX a partir da análise dos textos e produção crítica de Félix Ferreira.** Mestrado em Teoria, Ensino e Aprendizagem—São Paulo: Universidade de São Paulo, 30 out. 2014.

BECK, Kent *et al.* **Manifesto para Desenvolvimento Ágil de Software.** Disponível em: <<https://agilemanifesto.org/iso/ptbr/manifesto.html>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

BORGES, Tiago Silva; ALENCAR, Gidélia. METODOLOGIAS ATIVAS NA PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO CRÍTICA DO ESTUDANTE: O USO DAS METODOLOGIAS ATIVAS COMO RECURSO DIDÁTICO NA FORMAÇÃO CRÍTICA DO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR. 2014.

BORHAN, Mohamad Termizi. PROBLEM BASED LEARNING (PBL) IN TEACHER EDUCATION: A REVIEW OF THE EFFECT OF PBL ON PRE-SERVICE TEACHERS' KNOWLEDGE AND SKILLS. **European Journal of Educational Sciences**, v. 01, n. 01, 31 mar. 2014.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.566, de 7 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estado da República Escolas de Aprendizes Artificies, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, DF, 23 set. 1909.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 maio. 2025.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez 1996.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 13 maio. 2025.

BRASIL. **LEI 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 29 dez 2008.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 26 jan. 2025.

CELLARD, André. A análise documental. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**, n. Editora Vozes, p. 295–316, 2012.

CETT/UFG. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Disponível em: <<https://site.cett.org.br/component/content/article/14-geral/61-edt-plano-dev-institucional.html?Itemid=101>>. Acesso em: 4 jul. 2024.

CIAVATTA, Maria. **Trabalho como Princípio Educativo.** . SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO - MS. **Anais...** . São Paulo, SP, 2005. Disponível em: <<https://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html>>. Acesso em: 10 jan. 2025

CIAVATTA, Maria. A FORMAÇÃO INTEGRADA A ESCOLA E O TRABALHO COMO LUGARES DE MEMÓRIA E DE IDENTIDADE. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 12 out. 2008.

CNE. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 05 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.** , 5 jan. 2021. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 jan. 2021

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

ESCOLA DO FUTURO DO ESTADO DE GOIÁS SARAH LUÍSA LEMOS KUBITSCHKE DE OLIVEIRA. **Projeto Político-Pedagógico: PPP - EFG SLLKO (Documento Não Publicado)**. Santo Antônio do Descoberto, GO: CETT, 2023. Disponível em: <Local>. Acesso em: 23 ago. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: Um (RE) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista**. [S.l.]: Cortez Editora, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 116, p. 619–638, set. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos De Pesquisa**. [S.l.]: Atlas, 2002.

GOIÁS, Secretaria de Estado da Retomada. **Convênio nº 01/2021-SER, que celebram entre si o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Retomada, a Universidade Federal de Goiás - UFG e a Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural - FRTVE**. Goiânia, GO: [S.n.]. Disponível em: <<https://goias.gov.br/retomada/wp-content/uploads/sites/22/2023/11/CONVENIO-01-2021.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Igs/Brasil, 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. [S.l.]: Heccus Editora, 2013.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. [S.l.]: Papyrus Editora, 2013.

OECD. **Education at a Glance 2023: OECD Indicators**. [S.l.]: OECD, 2023.

PACHECO, Eliezer *et al.* **15 anos dos Instituto Federais: História, Política e Desafios**. 1ª ed. Curitiba, PR: Instituto Federal do Paraná - IFPR, 2024.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152–165, abr. 2007.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed ed. Campinas: Ed. Autores Associados, 2012.

UFG. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018 - 2022**. Goiânia, GO: UFG, 2017.
Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1/o/PDI_UFG_-_Plano_de_desenvolvimento_institucional_2018-2022.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2025.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico Da Escola: Uma Construção Possível**. Campinas: Papyrus Editora, 2013.